

Regime profissionalizante passa pelo DIREITO À CARREIRA

No passado dia 3 de Maio a AP foi recebida pela primeira vez em audiência por S. Ex^a o Chefe do Estado-Maior do Exército, GEN Pina Monteiro. Depois da apresentação de cumprimentos da Direção recentemente empossada, o GEN CEME começou por referir que as Associações Militares serão sempre bem vistas ao seu gabinete, no entanto entende que a área de actuação das APM é mais vocacionada para o âmbito da tutela política. Seguidamente ouviu as preocupações da AP de uma forma cordial e aberta, onde se destacam:

PROMOÇÕES – Esta situação preocupa a AP, em especial no sentido de, a ocorrerem promoções, que sejam abrangidos todos os militares que cumpram ou já tenham cumprido as condições gerais e especiais para a sua promoção, independentemente da classe ou categoria a que pertencem. Porque no Exército a prestação de serviço na classe de praças é exclusiva do Regime de Contrato, as promoções são todas por diuturnidade a AP não pode deixar de estar preocupada, tendo em consideração que o número de praças em condições de promoção é cerca de 1400.

REDUÇÃO DE EFETIVOS – Estando prevista uma redução de pelo menos 10% nos efectivos das Forças Armadas entre 2011 e 2014, conforme consta do memorando da "troika", a AP questionou o GEN CEME no sentido de saber se a redução ocorrida em 2011 é contemplada nesta percentagem e se, caso não o seja, como vai enfrentar esse problema.

Sobre esta matéria o GEN CEME começou por indicar que o Exército já tem um défice elevado nos quantitativos de pessoal, resultante da redução ocorrida em 2011 e que, caso não se venham a efetuar novos ingressos já este ano, será impossível cumprir com todos os compromissos assumidos para o desempenho das suas missões.

FINANCIAMENTO ADM – Tendo em conta que está suspenso o desconto sobre o SCM para reforçar o financiamento para ADM, a AP questionou o GEN CEME no sentido de saber quais as medidas que estão a ser propostas para a solução do problema.

Sobre esta matéria, o GEN CEME comunicou à AP que a medida proposta pelo Exército vai no sentido de aumentar o desconto efectuado pela entidade empregadora.

ACIDENTES EM SERVIÇO – Tem-se verificado com alguma frequência, mais concretamente na altura da renovação de contrato que os militares que se encontram de baixa médica, através da Junta de Saúde são enviados para a vida civil. Existem direitos que urge ser salvaguardados, não se valendo as meras conjunturas económicas como as restrições que urge proteger, em violação dos direitos subjetivos, nomeadamente

o direito à personalidade na vertente da dignidade da pessoa humana.

Decorrem destas situações de baixa médica por motivos de doença ou por motivos de convalescença, mas acima de tudo de acidentes em serviço ocorridos nas unidades durante a formação básica ou já no exercício das funções, sem que muitas das vezes seja aberto o processo administrativo de acidente em serviço.

A situação em que se encontram alguns destes jovens, alguns sem possibilidade de apoio dos seus familiares mais próximos exige procedimentos céleres.

FORMAÇÃO CERTIFICADA – A formação ministrada aos militares do RC deve ser certificada de acordo com o estipulado na Lei de Incentivos aos Militares em RV/RC. A AP procurou saber junto do GEN CEME que formação certificada é ministrada às Praças em RC.

O GEN CEME reconhece que nem toda a formação ministrada às Praças é certificada, no entanto, existem em todas as unidades protocolos entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Exército para que os interessados possam beneficiar de formação aí ministrada.

CARREIRA – A carreira dos militares do Regime de Contrato, pese embora seja por um período diminuto (6 anos), deve ser uniforme nos 3 ramos das Forças Armadas, neste sentido a AP considera negativo que no Exército essa carreira seja condicionada logo no acesso ao posto de 2CAB, ou seja, na Marinha e Força Aérea os militares do RC têm um período de formação inicial que os habilita à progressão vertical na carreira, independentemente do posto. Como consequência desta situação no Exército são muitos os militares que após os 6 anos de serviço terminam o RC ainda com o posto de Soldado. A AP não compreende esta situação, até porque, todos os militares no RC estão vinculados ao mesmo Regime de Incentivos. Para que conste a quantidade de praças que atinge o posto de CADJ é diminuta, quase não tem expressão, ao invés o número de praças com o posto de soldado é muitíssimo elevado. Esta situação origina menos formação e menos remuneração e é fortemente contribuidora para a redução da taxa de retenção no Exército cerca de 23 meses.

Entende assim a AP que deve ser ponderada a possibilidade de existência de um Quadro Permanente de Praças no Exército por forma a permitir uma maior estabilidade nos cargos e funções atualmente desempenhados por Praças RC e ainda como fator motivador para os jovens que ingressam nas Forças Armadas.

